



**H R SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
LTDA**

R Barão de Penedo nº 164-B, Bairro Centro, Maceió, Alagoas, CEP 57.020-340.

**CNPJ: 20.158.571/0001-66**

**Demonstrações Contábeis Individuais em 30 de junho de 2025**

**Demonstrativos compreendidos:**

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas.

Obs.: De acordo com as normas vigentes, devem ser auditadas por auditores independentes as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as sociedades de crédito ao microempreendedor.

Demonstrações divulgadas no site em **30/09/2025**

<https://hrcred.com.br>

A Diretoria da **HR CRED** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

H R SOCIEDADE DE  
CREDITO AO  
MICROEMPREENDEDOR  
E A:20158571000166

Assinado de forma digital por H R SOCIEDADE  
DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E  
A:20158571000166  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=AL, l=Maceio,  
ou=Presencial, ou=29091571000160,  
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil -  
RFB, ou=RFB e-CNPJ A3, cn=H R SOCIEDADE  
DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E  
A:20158571000166  
Dados: 2025.10.16 16:50:06 -03'00'

Humberto Melo de Souza  
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira  
CRC SC 030018/O-3

R Barão de Penedo nº 164-B, Bairro Centro  
Maceió, Alagoas, CEP 57.020-340  
Tel.: (82) 3326-3669



## TERMO DECLARATÓRIO

Eu, HUMBERTO MELO SOUZA, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Setembro de 2025

H R SOCIEDADE DE  
CREDITO AO  
MICROEMPREENDEDOR  
R E A:20158571000166

Assinado de forma digital por H R SOCIEDADE DE  
CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E  
A:20158571000166  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=AL, l=Maceio,  
ou=Presencial, ou=29091571000160, ou=Secretaria  
da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ  
A3, cn=H R SOCIEDADE DE CREDITO AO  
MICROEMPREENDEDOR E A:20158571000166  
Dados: 2025.10.16 16:50:35 -03'00'

Humberto Melo de Souza  
Diretor Responsável

R Barão de Penedo nº 164-B, Bairro Centro  
Maceió, Alagoas, CEP 57.020-340  
Tel.: (82) 3326-3669



## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Interessados: A HR Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte LTDA, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025. Pretendemos para o próximo semestre manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria



**HR SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA**  
**CNPJ 20.158.571/0001-66**  
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2025**

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	NE	30/06/2025	PASSIVO	NE	30/06/2025
<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.370</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>4</b>
Disponibilidades		34	Depósitos		0
			Outros Depósitos		0
<b>Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>Obrigações por empréstimo</b>		<b>0</b>
Títulos de Renda Fixa		2	Empréstimos no País - Outras Instituições		0
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>6</b>	<b>2.200</b>	<b>Outras obrigações</b>	<b>10</b>	<b>4</b>
Creditos Vinculados		2.200	Cobrança e arrec. de tributos		1
<b>Operações de crédito</b>	<b>7</b>	<b>110</b>	Sociais e estatutárias		2
Operações de crédito		169	Fiscais e previdenciárias		1
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-59	Diversas		0
<b>Outros créditos</b>	<b>8</b>	<b>24</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11</b>	<b>2.370</b>
Rendas a receber		0	<b>Capital Social</b>		<b>3.000</b>
Diversos		24	Capital		800
			Aumento Capital		2.200
			Lucros/Prejuízos acumulados		-630
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4</b>			
<b>Imobilizado</b>	<b>9</b>	<b>4</b>			
Outras Imobilizações de Uso		20			
(-) Depreciações Acumuladas		-16			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.374</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO</b>		<b>2.374</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HR SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA  
CNPJ 20.158.571/0001-66

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	NE	30/06/2025
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b><u>124</u></b>
Operações de crédito	12	120
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	13	4
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b><u>-27</u></b>
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-27
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b><u>97</u></b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b><u>-195</u></b>
Despesas de pessoal	16	-126
Despesa Administrativas	15	-78
Despesas tributárias	17	-5
Outras Receitas Operacionais	14	14
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b><u>-98</u></b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b><u>-98</u></b>
<b>LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO</b>		<b><u>-98</u></b>
Lucro por ação		(0,1225)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		



HR SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ 20.158.571/0001-66

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	30/06/2025
<b>LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO</b>	<b><u>-98</u></b>
Outros Resultados Abrangentes	11
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b><u>-87</u></b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	

R Barão de Penedo nº 164-B, Bairro Centro  
Maceió, Alagoas, CEP 57.020-340  
Tel.: (82) 3326-3669



HR SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA  
CNPJ 20.158.571/0001-66

<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<i>*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>				
<b>Eventos</b>	<b>Capital Realizado</b>	<b>Aumento de Capital</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Totais</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro 2024</b>	800	2.200	(543)	2.457
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	11	11
2 - Aumento de Capital	-	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	(89)	(89)
4 - Destinações:	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de	-	-	-	-
<b>Saldos em 30 de junho 2025</b>	800	2.200	(621)	2.379
<b>Mutações do Período</b>	-	-	<b>(78)</b>	<b>(78)</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				



HR SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA  
CNPJ 20.158.571/0001-66

<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO</b>	
	<b>30/06/2024</b>
<b>1. Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
1.1 Lucro/Prejuízo do período	-98
1.2 Ajustes por Depreciação	2
1.3 Ajustes por Provisão para Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	14
1.4 Ajustes Realizados em Operações de Crédito	11
<b>2. Variação de Ativos e Obrigações</b>	<b>84</b>
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	140
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-41
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	-11
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	-1
2.7 Aumento (Redução) Diversos	-3
<b>3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>13</b>
<b>4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento</b>	<b>0</b>
<b>5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento</b>	<b>0</b>
<b>6. Variação no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>13</b>
<b>7. Caixa e equivalente de caixa no início do semestre</b>	<b>21</b>
<b>8. Caixa e equivalente de caixa no final do semestre</b>	<b>34</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma)**

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

**HR Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda**, constituída em 29 de abril 2014, tem por objeto a concessão de crédito a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, equiparando-se às instituições financeiras para efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução vigente estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021, as instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A **HR Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda**,



avaliou os eventos subsequentes até o dia 12 de setembro de 2025, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

### 3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

**a) Receitas e despesas:** as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

**b) Caixa e equivalentes de caixa:** inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment):** De acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.



**e) Operações de Crédito:** As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar.

**f) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 352 do e legislação complementar.

**g) Imobilizado de uso:** é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

**h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas:** os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

**i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias:** as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%,



aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º). (nota explicativa nº 8).

**j) Imposto de Renda e Contribuição Social:** foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

**k) Utilização de Estimativas:** para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

#### **4. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO 4966**

##### **a) Introdução**

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para



classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

#### **b) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e também para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

#### **c) Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos**

A instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

<b>Tipo de Ativo</b>	<b>Modelo de Negócio</b>	<b>Classificação Contábil</b>
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado



<b>Tipo de Ativo</b>	<b>Modelo de Negócio</b>	<b>Classificação Contábil</b>
CDBs	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

#### **d) Teste de SPPJ**

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

#### **e) Reconhecimento de Receita**

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

#### **f) Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita**

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;



- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

#### **g) Provisão para Perdas Esperadas**

##### Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

##### Demais Ativos Financeiros

Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

#### **h) Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros**

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

#### **i) Divulgação de Riscos Financeiros**



Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	<b>30/06/2025</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>2</b>
Títulos de Renda Fixa	1
Cotas de Fundos de Investimento	1

## 6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Relações Interfinanceiras seguem a seguinte composição:

	<b>30/06/2025</b>
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>2.200</b>
Crédito Vinculado – Banco Central	2.200

## 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pela sua Classificação por Carteira (C1 a C5), faixa de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas do mercado. A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos



Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021.

a) Sendo a Classificação das operações de crédito a seguinte;

Operações de Crédito	30/06/2025		
	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	169	0	169
<b>Saldo Contratual</b>	<b>169</b>	<b>0</b>	<b>169</b>
(-) Perda Incurrida Associada ao Risco de Crédito	50	0	50
(-) Provisão Adicional	9	0	9
<b>(-) Provisão de Perdas</b>	<b>59</b>	<b>0</b>	<b>59</b>
<b>Saldo Contábil Líquido</b>	<b>110</b>	<b>0</b>	<b>110</b>
<b>Classificação Contábil</b>	<b>Custo Amortizado</b>		

b) Sendo sua Composição da Carteiras de Operações de Crédito a seguinte;

	30/06/2025
<b>Composição de Carteira de Operações de Crédito</b>	<b>169</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>169</b>
Capital de Giro	169

c) Sendo a Classificação por estágios de Risco de Crédito a seguinte;

	30/06/2025
<b>Classificação por Estágios de Risco de Crédito</b>	<b>169</b>
<b>Metodologia Simplificada – Ativos Não Problemáticos</b>	<b>86</b>
<b>Empréstimos e Direitos Creditórios</b>	<b>86</b>



Capital de Giro	86
<b>Metodologia Simplificada – Ativo Problemáticos</b>	<b>83</b>
<b>Empréstimos e Direitos Creditórios</b>	<b>83</b>
Capital de Giro	83

d) Sendo a Classificação por Carteiras de Crédito a seguinte;

	<b>30/06/2025</b>
<b>Classificação por Carteiras de Provisão</b>	<b>169</b>
<b>Carteira C4</b>	<b>169</b>
<b>Não Problemáticos</b>	<b>86</b>
De 0 a 14 dias de atraso	79
De 31 a 60 dias	1
De 61 a 90 dias	6
<b>Problemáticos Adimplidos</b>	<b>7</b>
De 0 a 90 dias de atraso	7
<b>Problemáticos Inadimplidos</b>	<b>75</b>
Inadimplido – período menor que um mês	12
Inadimplido – Igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	5
Inadimplido – Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	9
Inadimplido – Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	10
Inadimplido – Igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	4
Inadimplido – Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	1
Inadimplido – Igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	3
Inadimplido – Igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	1
Inadimplido – Igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	1
Inadimplido – Igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	8
Inadimplido – Igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	11
Inadimplido – Igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	11



## 8. OUTROS CRÉDITO

Abaixo a Composição dos Outros Créditos;

	<b>30/06/2025</b>
<b>Diversos</b>	<b>24</b>
Impostos e Contribuições a Compensar	10
Devedores Diversos – País	14

## 9. IMOBILIZADO DE USO

O ativo permanente da instituição é composto por Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Instalações com taxa de depreciação de 10% a.a., e Sistema de Processamento de Dados e Equipamentos de Comunicação com taxa de depreciação de 20% a.a. conforme quadro abaixo:

	<b>30/06/2025</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>4</b>
Instalações	4
Móveis e Equipamentos	16
(-) Depreciações Acumuladas	-16

## 10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

A evolução de saldo reflete o aumento no volume de operações assim como saldos a regularizar referente as mesmas;

	<b>30/06/2025</b>
<b>Outras Obrigações</b>	<b>4</b>
Cobrança e arrecadação de tributos	1
Sociais e Estatutárias	2



Fiscais e previdenciários

1

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

\*Valores expressos em reais

### Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2025 era de R\$ 800.000,00 integralizados.

### Aumento de Capital

A empresa possui aumento de capital em processo de R\$ 2.200.000,00.

### Prejuízos Acumulados

A empresa possui prejuízos acumulados de R\$ 629.698,47.

## 12. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo a composição de Operações de Crédito;

	<u>01/01 a 30/06/2025</u>
<b>Receitas de Operações de Crédito</b>	<b>120</b>
Renda de Empréstimos	120

## 13. RECEITAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo a composição de Receita com títulos e valores mobiliários;

	<u>01/01 a 30/06/2025</u>
<b>Receitas com Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>4</b>
Rendas de aplicações em Fundos de Investimento	4



#### 14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Abaixo composição de Outras Receitas Operacionais;

	<u>01/01 a 30/06/2025</u>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>14</b>
Recuperação de Ativos Financeiros Baixados	10
Reversão de Provisão para Risco de Crédito	1
Outros Rendas Operacionais	3

#### 15. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Abaixo segue a composição de Outras Despesas Administrativas:

	<u>01/01 a 30/06/2025</u>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>78</b>
Despesa de Água, Energia e Gás	3
Despesas de Comunicações	2
Despesas de Material	3
Despesas de Seguros	11
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	15
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	23
Despesas de Multas	19
Despesas de Depreciações	2

#### 16. DESPESAS DE PESSOAL



Abaixo a composição das Despesas de Pessoal;

	<u>01/01 a 30/06/2025</u>
<b>Despesas de Pessoal</b>	<b>126</b>
Despesas de Pessoal – Benefícios	34
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	58
Despesas de Pessoal – Proventos	34

#### **17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

Abaixo segue a composição das Despesas Tributária:

	<u>01/01 a 30/06/2025</u>
<b>Despesas Tributárias</b>	<b>5</b>
Despesas de Contribuição ao COFINS	4
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	1

#### **18. GERENCIAMENTO DE RISCO**

##### **RISCO DE CRÉDITO**

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;



## **RISCO DE LIQUIDEZ**

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

## **RISCO OPERACIONAL**

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

## **RISCO SOCIOAMBIENTAL**

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

## **RISCO DE CAPITAL**

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para



tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

**OUVIDORIA:** O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

### **19. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basiléia)**

\*Valores expressos em reais

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme norma vigente. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basiléia Simplificado ficou em 60.35% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) em 30 de junho de 2025 em R\$ 170.301,53.

### **20. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2025 foi autorizada pelos sócios da HR SCM LTDA, em 12/09/2025.